

En Doiro,
antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica



Organização

JOSÉ CARLOS RIBEIRO MIRANDA

revisão editorial

RAFAELA DA CÂMARA SILVA



estratégias criativas

PORTO

En Doiro, antr'o Porto e Gaia

Estudos de Literatura Medieval Ibérica





PARA UMA EDIÇÃO DA *CRÓNICA DE D. SANCHO I* DE RUI DE PINA

FILIPE ALVES MOREIRA
SMELPS/IF/UP/Bolseiro da FCT¹

ESTADO DA QUESTÃO: EDIÇÕES E PROJETOS DE EDIÇÕES DA *CRÓNICA DE D. SANCHO I*

Segundo noutro local indiquei², até ao momento existe apenas uma edição da *Crónica de D. Sancho I* de Rui de Pina com interesse filológico, entendendo-se por tal, neste contexto, uma edição que resulta de um processo de consulta direta de manuscritos. Deveu-se ela à iniciativa de Miguel Lopes Ferreira e saiu dos prelos da Oficina Ferreiriana em 1727. O texto desta edição está na base das restantes, aparecidas, respetivamente, em 1906³ e em 1977⁴. Naquele artigo, de minha autoria, encontram os interessados uma breve apreciação do trabalho editorial de Miguel Lopes Ferreira, único que importa realmente ter em conta, visto que as edições de 1906 e de 1977 limitam-se a retomar o texto da edição setecentista, sem recurso adicional aos manuscritos, nem a correções conjecturais. A isto se resume o campo bibliográfico⁵ desta *Crónica*. Mas deve também notar-se

1. Bolsa de pós-doutoramento (Ref: SFRH/BPD/72825/2010).
2. Filipe Alves Moreira, «A tradição manuscrita das Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV da autoria de Rui de Pina», in *Romance Philology*, 68, (2014), pp. 93-120.
3. Na «Coleção de clássicos portugueses», dirigida por Melo de Azevedo; o volume dedicado a esta *Crónica* contém um breve prólogo de Gabriel Pereira, que, historiador típico, se revela mais preocupado com o reinado de Sancho I do que com o texto da *Crónica*.
4. No volume intitulado *Crónicas de Rui de Pina*, da coleção «Tesouros da Literatura e da História», da editora Lello e Irmão, com prefácio geral de Manuel Lopes de Almeida.
5. «conjunto estruturado de unidades bibliográficas (livros impressos), organizados em torno de um determinado texto: o campo de um texto é o grupo formado pelas edições existentes desse texto. Distingue-se da tradição manuscrita por excluir os testemunhos manuscritos que desse texto existam; [...] distingue-se também da tradição impressa [...] por não integrar as edições que, sem exemplares sobreviventes, têm um valor difusório igual a zero» (Ivo Castro e Maria Ana Ramos, «Estratégia e tática da transcrição», in *Actes du Colloque Critique Textuelle Portugaise*, Paris, Centre Culturel Portugais, 1986, p. 117).

a existência de, pelo menos, dois intentos de edição, planeados por dois estudiosos do século xx. Nos anos 1990, a investigadora italiana Carmen Radulet, grande especialista em Literatura da Expansão Portuguesa (e infelizmente já desaparecida), reuniu uma equipa de filólogas (italianas, suponho) que projetou levar a cabo edições críticas de algumas das crónicas de Rui de Pina, incluindo a de D. Sancho I⁶. Este projeto não chegou a efetivar-se, nem, segundo creio, foram tornados públicos, no seu âmbito, quaisquer estudos sobre a tradição manuscrita destas crónicas. A partir de uma nota contida num livro de Radulet⁷, vê-se, porém, que os trabalhos para essa edição chegaram a iniciar-se, e que foram consultadas pelo menos algumas cópias da *Crónica de Sancho I*. Este não foi, contudo, o primeiro projeto contemporâneo de edição desta crónica. Antecedeu-o um projeto semelhante, devido a José de Bragança⁸ (1892-1982). Também esta edição não chegou a efetivar-se, e nem mesmo terão sido dadas notícias públicas da sua existência e do seu andamento. Mas dela ficaram alguns materiais, de datação incerta, hoje incluídos no espólio deste escritor à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, espólio que tem a cota E9⁹. Pelo interesse e ineditismo de tais materiais, pela relevância que qualquer trabalho editorial pretérito sempre tem para o editor atual, e também como homenagem a José de Bragança, a quem devemos alguns importantes, e hoje infelizmente pouco conhecidos, trabalhos sobre crónicas medievais e tardo-medievais portuguesas, forneço em seguida uma breve descrição comentada dos papéis do seu espólio relativos a essa projetada edição.

O PROJETO EDITORIAL DE JOSÉ DE BRAGANÇA

Estes papéis encontram-se na caixa 11 do Espólio de José de Bragança da BNP, caixa que contém dois conjuntos de materiais, ambos relativos a gorados projetos editoriais. O primeiro conjunto diz respeito a uma tradução comentada, para português, da *Breve relação do sucesso da missão de frades menores capuchinhos do seráfico P. S. Francisco ao reino do Congo*, cujo original italiano foi impresso em Roma, em 1648. O segundo, que aqui nos interessa, respeita à edição da *Crónica de D. Sancho I*, de Rui de Pina. Contém um exemplar da edição de 1906 desta Crónica, desconjuntado, com folhas fora de ordem e com anotações manuscritas, a lápis e a caneta, do punho de José de Bragança e, para além disso, três maços de páginas com o texto da *Crónica de Sancho I* e anotações manuscritas de Bragança, páginas estas que se me afiguram serem provas tipográficas. Estes materiais

6. Carmen Radulet, *O cronista Rui de Pina e a «Relação do Reino do Congo»*, Lisboa, INCM, 1992, p. 32.

7. Radulet, *O cronista Rui de Pina...*, p. 52.

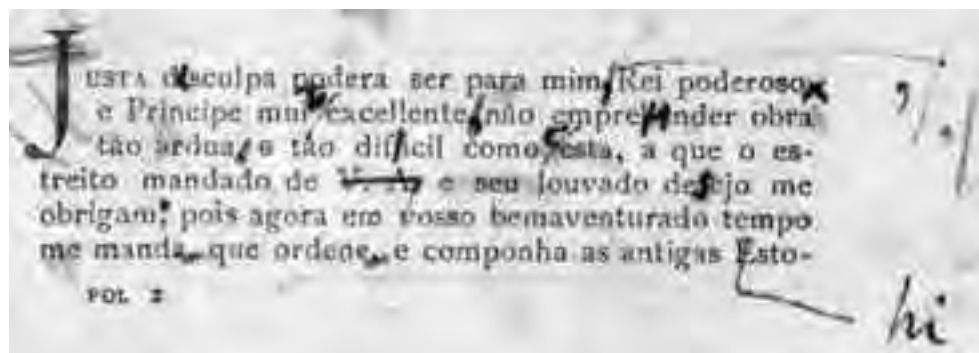
8. Há uma referência a esta (inacabada) edição no verbete do *Dicionário de Historiadores Portugueses online* dedicado a José de Bragança: <<http://dichp.bnportugal.pt/historiadores.htm>>. Devo ao autor deste verbete, Francisco Miguel Araújo, a informação acerca da presença de alguns materiais relacionados com essa edição na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP). Aqui lhe deixo o meu agradecimento por essa informação.

9. Existe um inventário datilografado deste espólio na sala de Reservados da BNP.

são tudo quanto resta deste projeto no espólio de José de Bragança, mas é de crer que outros tivessem existido; pelo menos, a estar correta a minha caracterização do referido conjunto de três maços de páginas como provas tipográficas, há de supor-se que os tipógrafos que as compuseram se basearam em manuscritos, ou datiloscritos, elaborados pelo próprio José de Bragança e, entretanto, desaparecidos ou em paradeiro desconhecido. Ou isso, ou os tipógrafos trabalharam diretamente sobre o próprio exemplar da edição de 1906 anotado por José de Bragança, cenário que, atentos os inconvenientes daí decorrentes, não me parece especialmente provável.

Na ausência de qualquer publicação, ou apontamento pessoal, em que Bragança tenha exposto os objetivos, critérios e metodologias desta sua projetada edição, estes devem deduzir-se com base numa análise ponderada dos materiais acima descritos. Começemos pelo exemplar da edição de 1906. O que nele nos interessa são, evidentemente, apenas as anotações manuscritas de José de Bragança. Estas estão presentes em quase todas as páginas do volume e podem agrupar-se em quatro categorias: 1) comentários ao prólogo de Gabriel Pereira; 2) comentários históricos ao texto da *Crónica*; 3) indicação sistemática das lições de um manuscrito da *Crónica de D. Sancho I*, divergentes em relação às lições da edição de 1906; 4) referências a algumas variantes de outro manuscrito que não o manuscrito base da comparação com o texto editado. Fixemo-nos nas notas pertencentes à terceira e à quarta destas categorias.

Uma leitura global das anotações do terceiro tipo permite afirmar, sem grandes hesitações, que o manuscrito que José de Bragança usou para confrontar e anotar todo o texto da edição de 1906 foi o manuscrito pergamináceo da Torre da Tombo (TT) com a cota (atual) «Crónicas 2» da Casa Forte, ao qual designo, no meu sistema de siglas da tradição manuscrita das *Crónicas de Rui de Pina*, T2¹⁰. Todas as lições anotadas por Bragança coincidem, com efeito, com as lições deste manuscrito. Consoante a sua extensão, José de Bragança incluiu-as, ou à margem do texto da edição, ou no interior deste, rasurando a lição inicial e sobrepondo-lhe as lições do manuscrito da Torre do Tombo. A imagem seguinte, em que se vê o início do prólogo da *Crónica de Sancho I*, exemplifica estes procedimentos:



10. O sistema de siglas estabelecido por mim encontra-se em Moreira, «A tradição manuscrita...».

Para além da concordância entre as lições escritas pelo punho de Bragança e as do manuscrito T2, um outro, e decisivo, argumento para identificarmos este último códice com aquele de que principalmente se serviu José de Bragança são algumas outras anotações de sua responsabilidade. Assim, numa nota ao capítulo 1, declara José de Bragança que «o original diz: dina(mente) e digno». Do mesmo tipo é uma nota ao capítulo 3, segundo a qual «o texto da T. T. diz consultaram». Outras mais notas manuscritas deste teor existem à margem de diferentes passagens do volume e por elas se confirma que José de Bragança se estava servindo de um códice da Torre do Tombo, por ele considerado «o original» (do próprio Rui de Pina? ou apenas da edição setecentista?). Uma outra anotação ao capítulo 3 informa, por outro lado, que «o manuscrito da T. do T. está retocado neste passo. O que se lê hoje é de ao passar». Esta particularidade verifica-se, de facto, em T2 (folio 10r). Além disso, no verso da capa do exemplar da edição de 1906 aqui em análise, José de Bragança escreveu: «armario 11 da casa da coroa». Esta anotação remete para um antigo sistema classificatório dos manuscritos da Torre do Tombo (porventura ainda vigente à época desta projetada edição da *Crónica de Sancho I*), sendo T2 precisamente um dos manuscritos que se guardavam no referido armário. É, pois, seguro ter sido T2 o manuscrito a partir do qual José de Bragança anotou e corrigiu todo o texto da edição de 1906, no exemplar que lhe pertencia. Isto leva-me a supor que T2 forneceria o texto base da sua projetada edição da *Crónica de D. Sancho I*.

A partir do quarto tipo de anotações manuscritas de José de Bragança atrás referidas, percebe-se, porém, que essa não foi a única cópia da *Crónica de D. Sancho I* por ele consultada. Numa nota ao capítulo 1, lê-se:

«O Mss 376 traz algumas linhas mais, ao [?] acabar este capítulo: “Isto se poz aqui para melhor entendimento desta grande matéria e porque me parece que com esta brevidade satisfaço aos que podiam duvidar em alguma cousa destas. Mais por diante somente me torno a minha primeira materia q é a desse animoso Rei D. Sancho de quem fiz já o começo e segue:» [sic].

Alude esta nota ao COD. 376 da BNP (L6 segundo o meu sistema de siglas), no qual se leem, com efeito, as palavras citadas por Bragança (no folio 51v). À margem do início do capítulo 2 da *Crónica*, uma outra nota do punho de José de Bragança informamos que «em 176 faltam os cap. 2, 3 e 4». Nenhum manuscrito da *Crónica de Sancho I* tem, ou teve (que eu saiba), por cota o número 176. Mas no COD. 376 da BN faltam, efetivamente, os capítulos 2 a 4 desta *Crónica*. É sem dúvida a este códice que, uma vez mais, se refere José de Bragança, desta feita equivocando-se na cota. E há ainda outras notas de sua responsabilidade que aludem a importantes variantes deste mesmo manuscrito da BNP, por exemplo a que, no começo do capítulo 6 da *crónica*, diz que este capítulo é o 3º (não o 6º) no COD. 376. De especial interesse é uma outra anotação a esse mesmo capítulo, de acordo com a qual «uma primeira versão desta cronica, existente na B. N. [?], reproduz aqui a tradução do Breve Pontificio. Nesse Ms., estas palavras estão substituídas por “aqui quiz declarar”». O manuscrito aqui em questão é, uma vez mais, o

COD. 376 da BN, e por esta nota se vê que José de Bragança cria ver nele uma primeira versão da *Crónica de Sancho I*, sendo, decerto, essa a razão pela qual foi registando as suas variantes mais significativas¹¹.

Se a análise deste exemplar da edição de 1906 nos revela quais os manuscritos da *Crónica de D. Sancho I* que José de Bragança utilizou, ou considerou mais relevantes, já as provas de página (se de facto o são) que o acompanham fornecem-nos dados que nos permitem perceber que tipo de edição tinha ele em mente efetuar.

Não é fácil estabelecer a ordem cronológica destes três conjuntos de provas tipográficas. Designo-as de A, B e C, sem que, pela razão exposta, se veja nesta sequência qualquer ordenação de tipo cronológico, ou outro. O conjunto A é constituído por 25 folhas numeradas à mão, das quais apenas a primeira e a quarta têm correções manuscritas do punho de José de Bragança. O texto da Crónica está incompleto, terminando quase no final do capítulo 11. O conjunto B é constituído também por 25 folhas numeradas à mão, quase todas com correções manuscritas de José de Bragança. O texto da Crónica também aqui está incompleto, acabando exatamente no mesmo ponto que em A. C tem as mesmas características: 25 folhas numeradas à mão, algumas das quais com anotações ou correções manuscritas, e o seu texto termina, incompleto, no mesmo ponto de A e de B.

A, B e C têm exatamente o mesmo texto, sem variantes entre eles, o que significa que as correções de José de Bragança não chegaram a ser incorporadas em nova composição tipográfica, ou, se o foram, essas supostas provas não se preservam no espólio da BN. Por outro lado, o texto de A, B e C tem como base o manuscrito T2 e é, do ponto de vista ortográfico, um texto modernizado. Existem também, ao longo do texto, algumas chamadas para notas, e isso revela-nos que, além de modernizada, esta seria uma edição anotada, ou com notas de rodapé, ou com notas em final de volume (ou ambas). As projetadas notas serviriam, entre outros aspetos, para dar conta das variantes do COD. 376 da BN, segundo se infere da existência de uma chamada para nota nas passagens em que este códice difere notavelmente de T2 e José de Bragança apontou no seu exemplar da edição de 1906, conforme atrás disse. Além de um conjunto de notas, em rodapé ou em final de volume (ou ambas), esta projetada edição da *Crónica de Sancho I* incluiria também um glossário. Colige-se isso da folha 4 de A, a qual ostenta uma anotação manuscrita junta à palavra «novamente»: «(2) vid. glossário».

O plano de José de Bragança consistia, portanto, em produzir uma edição da *Crónica de D. Sancho I* modernizada, anotada e com glossário, a partir do manuscrito «Crónicas 2» da Torre do Tombo. Não seria uma edição crítica, sequer uma edição feita a pensar em filólogos ou linguistas (para o que era de esperar a transcrição conservadora de um manuscrito), mas uma edição vulgarizadora e dirigida a um público alargado, embora suficientemente cultivado para se interessar por assuntos históricos. Consequentemente, também não decorreria de um aturado trabalho de leitura e confronto de testemunhos,

11. No meu artigo sobre a tradição manuscrita das Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV exponho as minhas ideias sobre esta questão, chegando a uma conclusão diferente da de José de Bragança.

ficando a ideia de que Bragança adotou, neste aspeto, uma estratégia razoavelmente casuística: terá visto na antiguidade e no luxo material do ms. «Crónicas 2» da TT indícios suficientemente seguros da qualidade do texto nele contido, escolhendo-o, por isso, para texto base da sua edição, e terá consultado também alguns dos manuscritos da Biblioteca Nacional. Deparando-se-lhe, entre estes, um que continha notáveis variantes, decidiu tê-lo também em conta. Nada indica que tenha analisado outros manuscritos da Torre do Tombo (entre os quais figurava um de antiguidade e luxo material semelhantes a T2¹²), e também nada indica que tenha, alguma vez, consultado manuscritos pertencentes a outros fundos que não os da TT e da BN. Por isso falo em «estratégia razoavelmente casuística», o que, bem entendido, não denigre – simplesmente caracteriza – o trabalho de José de Bragança, mesmo porque, a ter sido finalizada e publicamente disponibilizada, a sua edição constituiria um importantíssimo avanço em relação ao texto da edição setecentista (e das que nela se basearam), não apenas por oferecer lições mais fieis aos manuscritos, como também porque chamaria a atenção para a existência de versões diferentes da mesma crónica e forneceria instrumentos de leitura tão úteis quanto um glossário. Diga-se, ainda, que Bragança levou a cabo um projeto semelhante (texto modernizado estabelecido com base num manuscrito da TT e acompanhado de notas e glossário) na sua edição, sem data, da *Crónica de D. Afonso Henriques* de Duarte Galvão, saída com a chancela da editora Portugália. Sucede, até, que A, B e C ostentam as mesmas características gráficas desta edição da Portugália, o que me leva a supor que esta casa editorial seria também a responsável pela publicação da *Crónica de D. Sancho I*.

I. TRADIÇÃO MANUSCRITA DA *CRÓNICA DE SANCHO I* DE RUI DE PINA. ENQUADRAMENTO E CONSIDERAÇÕES GERAIS.

Gorado este projeto editorial, assim como o de Carmen Radulet atrás aludido, estamos praticamente, pode dizer-se, no grau zero dos trabalhos de preparação de uma edição da *Crónica de D. Sancho I* elaborada segundo critérios atuais. É, portanto, necessário começar pelo princípio: estudar os manuscritos existentes e definir o tipo de edição pretendida. Por razões de limitação de espaço, fico-me, neste trabalho, por uma análise da tradição manuscrita desta Crónica, complementar em relação ao meu artigo de 2014 atrás referido.

Vejam os números: conhecem-se, atualmente (e sublinho o *atualmente*) 43 manuscritos integrais ou fragmentários que contêm, sozinha ou na companhia de outros textos, a *Crónica de D. Sancho I* de Rui de Pina, todos eles produzidos entre os séculos XVI e XVIII¹³. É pouco, é muito? Depende do termo de comparação. Tendo em conta o cenário habitual na literatura medieval e tardo-medieval portuguesa (refiro-me a textos originalmente escritos em época anterior ao final do reinado de D. Manuel I, em 1521),

12. Refiro-me ao manuscrito com a cota «Crónicas 27» da Casa Forte, T1 de acordo com o meu sistema de siglas.

13. Veja-se a listagem completa na base de dados BITAGAP, do projeto PHILOBIBLON (<http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/search_en.html>) e em Moreira, «A tradição manuscrita...».

é muitíssimo. Mas, atendendo ao universo específico das crónicas régias portuguesas, é uma quantidade média. Entre as restantes crónicas de Pina dedicadas aos reis da dinastia afonsina, o cenário é o seguinte: existem 46 manuscritos conhecidos da *Crónica de Afonso II*, 44 da de Sancho II, 51 da de Afonso III, 60 da de D. Dinis e nada menos que 69 da de Afonso IV. Há aqui uma tendência nítida: quanto mais recente o monarca, mais interesse suscitou a respetiva crónica. Mas esta tendência não se verifica com a mesma nitidez, ou de todo não se verifica, se encararmos o que se passa com a tradição manuscrita das restantes crónicas dedicadas aos monarcas portugueses até D. João II. Da *Crónica de D. Afonso Henriques*, escrita por Duarte Galvão, subsistem 64 manuscritos, quantidade bem superior à do número médio de testemunhos das crónicas dos reis imediatos. Mas isso não é de estranhar, se tivermos em conta que da crónica do fundador da monarquia portuguesa se trata, facto que certamente potenciaria o interesse de sucessivas gerações. Mais interessante é a circunstância de, a partir da *Crónica de D. Pedro*, de Fernão Lopes, o número de testemunhos de cada uma das crónicas dos reis seguintes (da autoria de Fernão Lopes, Gomes Eanes de Zurara e do mesmo Rui de Pina) ser, geralmente, similar ou inferior ao número de testemunhos das crónicas afonsinas de Pina. Conhecem-se, com efeito, 52 testemunhos da Crónica de D. Pedro; 51 da de D. Fernando; 43 da primeira parte da de D. João I; 45 da segunda parte da mesma crónica; 34 da Tomada de Ceuta (3ª parte da *Crónica de João I*); 44 da de Afonso V; 37 da de D. Duarte e 23 da de João II. A existência da *Crónica de D. João II* de Garcia de Resende (cujo texto é, em largas secções, idêntico ao da obra homónima de Pina, sua fonte estrutural) e a circunstância de esta crónica de Resende ter sido editada logo em 1545, a que se seguiram outras edições dos séculos XVI-XVIII, explica o (relativamente) baixo número de cópias da Crónica que Pina dedicou ao *Príncipe Perfeito*. Mas, e em contrapartida, a edição das três partes da *Crónica de João I* e a edição da *Crónica de Afonso IV*, todas surgidas em meados do século XVII, não obstaram a que existisse um elevado número de cópias manuscritas de cada um destes textos, algumas das quais posteriores ao aparecimento das respetivas edições. Por terem sido editadas em primeiro lugar, e pelo elevado número de cópias que delas subsistem, as crónicas de D. João I e de Afonso IV poderão, assim, considerar-se como as que mais interesse suscitaram. A *Crónica de D. Sancho I* teve, em todo o caso, uma difusão comparável à da maior parte das crónicas régias portuguesas, o que não deixa de ser assinalável, se tivermos em conta que poucos seriam os motivos de interesse deste reinado para sucessivos públicos da época moderna: nem fundador de uma monarquia, nem fundador de uma dinastia, D. Sancho simbolizava, também, um tempo anterior ao do surgimento das principais casas nobres e religiosas dos séculos XVI-XVIII, as quais teriam, por isso, menos razões para fazerem copiar esta crónica. Que estes – nobreza e instituições religiosas, juntamente com a própria Casa Real – foram os principais responsáveis pelo processo de cópia desta e das restantes crónicas régias portuguesas, fica bem claro pelo facto de que, em todos os manuscritos em relação aos quais é possível apontar uma origem (com base em marcas de posse, colofões ou dados de outro tipo¹⁴), essa origem está num desses

14. Estes dados, quando existam, estão registados na BITAGAP.

três meios. O que não significa que outros grupos sociais ou instituições não estivessem interessados na leitura das crônicas¹⁵, mas, apenas, que tinham certamente menos recursos materiais para proceder à cópia de textos extensos, ou para garantir a preservação de cópias que tenham mandado executar.

Mas deixemos a difusão social das crônicas – que exigirá estudos específicos –, e concentremo-nos, unicamente, na tradição manuscrita da *Crónica de D. Sancho I*. A descrição física e textual das suas 43 cópias atualmente conhecidas, assim como as descrições das cópias das restantes crônicas de Pina dedicadas aos primeiros reis, podem ver-se na base de dados BITAGAP, em permanente atualização, e no meu artigo de 2014. Aqui, tratarei somente da forma como os manuscritos da *Crónica de Sancho I* se relacionam entre si, expondo os dados que me levam a estabelecer um primeiro agrupamento de manuscritos.

2. AGRUPAMENTO DOS MANUSCRITOS

Por razões expostas em trabalho prévio¹⁶, não me foi ainda possível consultar todas as cópias da *Crónica de D. Sancho I*, e a leitura de algumas delas poderá, mesmo, considerar-se inviável¹⁷. Creio, em todo o caso, que o trabalho de leitura e confronto de manuscritos a que tenho procedido permite-me, desde já, avançar hipóteses consistentes quanto ao agrupamento de testemunhos, a partir da identificação e seleção de alguns *loci* com potencial valor estemático. Uma vez estabelecido este primeiro agrupamento, terei uma base que me permitirá situar os manuscritos que me venha a ser ainda possível consultar. Analisarei, em seguida, alguns desses *loci*, e exporei as conclusões que deles se poderão retirar. Prosseguindo a metodologia genericamente exposta no meu artigo de 2014, tomei como base da colação os manuscritos pergamináceos da Torre do Tombo, T1 e T2 de acordo com o meu sistema de siglas, e dividi os *loci* selecionados em dois grandes grupos, designados como «variação microtextual» e «variação macrotextual», conforme digam respeito, respetivamente, às unidades linguísticas palavra, sintagma e frase, ou a unidades de sentido superiores à frase, incluindo, nesta última categoria, a presença ou ausência de segmentos extensos e a divisão em capítulos¹⁸. No caso da «variação microtextual»,

15. Um forte indício deste interesse socialmente alargado pelas crônicas é o pedido feito a D. Sebastião, nas cortes de 1562, para que as crônicas fossem impressas. Veja-se Ana Isabel Buescu, «Cultura impressa e cultura manuscrita em Portugal na época moderna: uma sondagem», in *Penélope*, 21 (1999), pp. 11-32.

16. Moreira, «A tradição manuscrita...».

17. Haverá que ter em conta, com efeito, e entre outros fatores que dificultam ou impossibilitam o acesso a determinados manuscritos, a existência de alguns deles em bibliotecas privadas e o mau estado de conservação de vários dos restantes. Por outro lado, e para os meus propósitos, não tomo em consideração as cópias manuscritas da edição setecentista.

18. Esta divisão tem alguns pontos de contacto com a que Germán Orduna estabeleceu entre *collatio interna* e *collatio externa* (vista esta como auxiliar daquela), mas não é propriamente coincidente com ela. Entre outras razões para não adotar integralmente o método e a terminologia do grande mestre argentino, tenho dúvidas em considerar *externos* elementos como o

terei em conta apenas passagens que possam considerar-se erros ou variantes substantivas (em relação ao texto de T1 e de T2), pondo de parte, entre outros aspetos, questões ortográficas, divergências por sinonímia ou equivalência lexical e alterações na ordem das palavras. Parece-me importante fazer notar, também, que o elevado número de cópias existentes aumenta a probabilidade de ocorrência dos fenómenos da contaminação e/ou da origem poligenética de erros e variantes substantivas. Dificilmente poderei, por essa razão, considerar algum dos *loci* assinalados, por si só, como argumento para estabelecer, ou refutar, filiações de testemunhos. Vejamos, então, algumas das passagens com valor potencialmente estemático.

A) variação macrotextual

i) Ausência / presença de prólogo

Embora Rui de Pina tenha redigido um prólogo geral às Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV, a tradição manuscrita acabou por associar tal prólogo à *Crónica de D. Sancho I*, o que se compreende, tendo em conta a circunstância de ser esta a crónica inaugural desse conjunto, e também pelas últimas palavras do prólogo:

«E por comcludir mynha Jmroduçam he bem que com a graça e fauor de *deus* começe logo a cronyca delRey dom Samcho deste nome O primeiro e dos Reys de portugal ho segundo cuJa louuada Memoria e grandes feitos sam como se segue» [T2].

Apesar disso, nem todas as cópias desta crónica incluem o prólogo. A presença ou ausência de prólogo fornece-nos, assim, um primeiro elemento potencialmente significativo para estabelecer agrupamentos de manuscritos:

Com prólogo	Sem prólogo
A1, A2, A3, A5, A6, L2, L4, L5, L6, L7, L8, T2, T3, T4, T5, T8, T9, T10, L23 ¹⁹ , C2, P1, S1, E1, E2	T1, L1, L3, T6, M1, A4, C1, P2, P3

prólogo ou as epígrafes. Sobre a teoria e a prática da *collatio externa*, veja-se diversos artigos reunidos em Germán Orduna, *Fundamentos de Crítica Textual*, ed. Leonardo Funes e José Manuel Lucía Megías, Madrid, Arco/Libros, 2005.

19 Este manuscrito, que continha somente o prólogo e os capítulos iniciais da Crónica de Sancho I, está hoje muito degradado. Apenas posso contar com a leitura que, nos anos 1970, Lindley Cintra foi ainda a tempo de fazer, em «Sobre o Códice Alcobacense 290 (ant.o³¹⁶) da Biblioteca Nacional de Lisboa (autógrafo de Duarte Galvão?)», in *Boletim de Filologia*, XXIII (1974), pp. 255-275.

ii) AUSÊNCIA/PRESENÇA DOS CAPÍTULOS 2, 3 E 4

Outra importante divergência entre os testemunhos é a presença, ou ausência, dos capítulos 2, 3 e 4 da Crónica. Estes capítulos ocupam-se dos feitos de D. Sancho enquanto infante, portanto ocorridos ainda durante o reinado de seu pai e, como tal, aparecem também na *Crónica de D. Afonso Henriques* escrita por Duarte Galvão. Rui de Pina voltou a ocupar-se deles porque, em se tratando da primeira transmissão de chefia no âmbito da monarquia portuguesa, haveria que demonstrar os méritos pessoais do infante, os quais, em conjunto com a legitimidade hereditária, tornavam historicamente inquestionável o processo de sucessão. Mas alguns copistas não entenderam assim as coisas e, tendo por redundante a narração de tais episódios, omitiram-nos:

Presença dos capítulos 2, 3 e 4	Ausência desses capítulos
A2, A3, A4, A5, A6, L1, L2, L3, L4, L5, L7, L8, L23, T1, T2, T3, T4, T5, T8, T9, T10, C1, C2, P1, P3, S1, M1, E1, E2	L6, A1, P2 ²⁰ , T6 ²¹

iii) Final do capítulo 1

Existe também uma diferença significativa no final do primeiro capítulo da crónica. T1 e T2 (e, com eles, a maior parte dos testemunhos analisados) terminam este capítulo da seguinte maneira (variações microtextuais à parte²²):

«E este costume e ordenaçam de os Reis muytas cousas assynarem per ssy . aimda agora se guarda mas he com gram deferemça dos sinaaes Porque nas cousas e prouisoões que ham dauer seellos . poem aguora e asynam ElRey e nos aluaraaes e cartas missiuas assynam soamente Rey E em outras cousas acordadas que aimda rrequerem fazer-se outra prouisam poem seu passe E em todos estes synaaes despois delRey dom . affomssso deste nome ho quinto que primeiro o costumou poem aalem delles çimquo pomtos por lembrança das çimquo quinas do escudo de portugal» [T1].

20 P2 tem os capítulos 2 e 3, mas não o 4, limitando-se a copiar, com alterações, a epígrafe desse capítulo: «de como o infante dom sancho foi certificado em santarem por miramolim se achara na chronica de seu pay dom afonso anriquez vede o capº 55» (folio 57r).

21 Este manuscrito omite os capítulos 1, 2, 3 e 4.

22. Por norma, identifico o desenvolvimento de abreviaturas em itálico, e mantenho a pontuação dos testemunhos. Quando estiverem em causa segmentos relativamente extensos, identifico os locais de variação através do uso do sinal], adotando a sinalética convencional e amplamente aceite para a apresentação de aparatos críticos.

Mas um conjunto de manuscritos diverge nesta passagem, ou por omissão, ou por acrescento:

Omissão de «mas he com gram deferemça... escudo de portugall»	Acrescento no final
L1, L7, S1, C2	<p>L6: portugall ysto se pos aquy pa myllhor emtemdim to desta gramde materya e porq me parece q cõ esta breujdade satisfaço aos q podiã dujdar alga cousa destas mas jrey mais por diamte somte me torno a mynha pmr^a materia q he adese animoso Rey dom samcho de quem fiz ja ho começo</p> <p>A1: portugal isto se pos aqui pera milhor entendim.to desta grande materia e porq me parece q com esta brevidade satisfaço aos que podião duuidar em alga cousa destas não hirej mais por diãte somte torno a minha primr^a materia q he a deste animoso rey dom sancho de que fiz ja o começo</p>

A coincidência entre L6 e A1 nesta passagem, e a extensão da mesma (que afasta a hipótese de poligénese), permite-nos identificar um grupo formado por ambos estes manuscritos. Repare-se que também nos exemplos anteriores, L6 e A1 compartilham as mesmas características: ambos têm o prólogo, mas não os capítulos 2, 3 e 4.

iv) DIVISÃO EM CAPÍTULOS

Uma outra variação de tipo macrotextual verifica-se na divisão em capítulos. T1 e T2 (e, com eles, a maior parte dos manuscritos por mim estudados) contêm 18 capítulos. Mas outros manuscritos apresentam diferentes subdivisões da matéria narrada. São os seguintes²³:

T6: 22 capítulos (omissão dos capítulos 1 a 4 e subdivisão de vários dos restantes capítulos).

L6 e A1: 25 capítulos (omissão dos capítulos 2, 3 e 4 e subdivisão de vários dos restantes).

23. Um caso diferente, e de certo modo intermédio, é o de C1. Este manuscrito tem também 18 capítulos, mas a divisão dos mesmos não coincide inteiramente com a de T1 e T2, visto que subdividiu o capítulo 15 e fundiu os capítulos 16 e 17 num só.

L2: 28 capítulos. Até ao capítulo 15, a estrutura capitular deste manuscrito coincide com a de T1 e de T2; neste capítulo, dedicado aos filhos legítimos e bastardos de Sancho I, foi atribuído um capítulo a cada um desses filhos²⁴.

P2: 8 capítulos (omissão e fusão de vários capítulos).

P3: 15 capítulos (fusão dos capítulos 6 a 9 num único, com omissão de passagens destes capítulos; apesar disso, a numeração original dos capítulos foi preservada, de modo que ao capítulo 6 se segue o capítulo 10).

Estes dados confirmam a existência de uma família constituída por L6 e por A1²⁵. E permitem também admitir como muito provável que T6, L2, P2 e P3 não tenham servido de antígrafo a nenhum dos restantes manuscritos estudados, visto não se refletir em qualquer deles a sua particular divisão em capítulos.

B) VARIAÇÃO MICROTENCUAL

Ao passarmos, agora, para o nível microtextual, depara-se-nos um panorama bastante menos claro. Admitida, como atrás disse, a forte probabilidade de ocorrência dos fenómenos da contaminação e/ou da origem poligenética de erros e variantes substantivas, potenciada pelo elevado número de testemunhos, o meu objetivo é, por um lado, procurar agrupamentos sistemáticos de lições divergentes (o que afastará a hipótese de origem poligenética para *todas* essas lições); e, por outro, identificar a possível existência de lições divergentes coincidentes apenas em determinados segmentos (o que poderá ser indício de contaminação). Adicionalmente, os agrupamentos já propostos, ou identificados, com base na variação macrotencual, fornecem-nos um importante ponto de apoio, visto que a coincidência nos dois níveis é, em si, uma razão de grande força para identificarmos famílias de manuscritos. Tendo em conta todos estes fatores, é possível propor os seguintes agrupamentos de manuscritos.

i) Um conjunto de manuscritos cujos erros e variantes substantivas coincidem de forma sistemática é constituído por L1, L7, S1 e C2. Vejamos alguns exemplos:

24. Muitos manuscritos contêm epígrafes no início de cada um dos apartados dedicados aos filhos do rei; L2 foi, porém, ainda mais longe, e designou cada um desses apartados como «capítulos».

25. Ainda um outro dado que, no nível macrotencual, confirma isto é a presença nestes manuscritos – e só neles – do texto integral de um breve do Papa Gregório VIII, inserido no interior do capítulo 6 da Crónica. Veja-se Moreira, «A tradição manuscrita...».

T1 (e restantes)	L1, L7, S1, C2
E acreçemtou ao escudo Reall das çimquo quinas a orlla dos castellos	das çimquo quinas] om. Orlla] coroa
se chamou e intitollou Rey de portugall per sua soo vôtade e com acordo dos gramdes e pouoo de seu rreyno	Com acordo] om.
lhe comçeдео sua bulla rrodada autemtica e sollemne que eu cronista moor ui a quall foy dada	eu cronista moor ui A quall] om.
pera cousa de tanta hõrra e perijguo	e perijguo] om.
ElRey dom afomssso anrriquez era em coymbra em hydade Ja de nouenta annos	Nouenta] noventa e hũ

Este facto, juntamente com a coincidência de procedimento destes mesmos manuscritos na omissão do final do capítulo 1, conforme atrás notado, demonstra a efetiva existência de uma família constituída por (pelo menos) estes quatro testemunhos, tornando improvável a hipótese de poligénese para essa omissão. Não chega para invalidar esta conclusão a ausência de prólogo em L1, facilmente interpretável como opção do seu copista. Por outro lado, L7 possui frequentemente uma redação abreviada, constituindo, por isso, por si só, um subgrupo dentro deste grupo.

ii) Concordância de lições divergentes nos níveis macro e microtextual verifica-se também entre L6 e A1, circunstância que vem comprovar a existência de uma família por eles constituída. Apenas três exemplos do nível microtextual, para não alongarmos excessivamente este trabalho:

T1 (e restantes)	L6, A1
como em algũuas cronicas castelhanas erradamente eu ho ui escripto	Erradamente] om.
mas assi como quaaesquer outros do pouoo .S [a saber]	.S] asy como dizendo
ø	e da maneira que estes samtos frades forã martirizados na cronjca delrey dom <i>afomso</i> ho gordo <i>filho</i> deste rey dom samcho largamente houuires

iii) Estabelecida a existência destes dois grupos, retiremos da análise subsequente, a bem da clareza expositiva (e porque não se trata, aqui, de traçar um *stemma codicum*), os manuscritos que a eles pertencem²⁶, e vejamos outros agrupamentos que será possível estabelecer. Logo no início do capítulo 1, numa série de adjetivos que enaltecem o rei, ocorre uma divergência substantiva entre os testemunhos, que, em função dela, se reparam do seguinte modo:

vitorioso	vertuoso
A4, A5, A6, L3, L4, T1, T2, T3, T5, T8, T9, P1, E1, E2	A2, A3, L2, L5, L8, L23, T4, T10, M1, C1, P2, P3

iv) A existência de coincidências sistemáticas entre alguns destes manuscritos, contra os restantes, noutras passagens da crónica reforça esta divisão em dois grandes grupos e permite identificar a provável existência, dentro deles, de subgrupos. Um desses subgrupos é constituído por T5 e T8 (que coincidem também nos casos de variação macrotextual atrás apontados). Eis alguns *loci* que apoiam o que acabo de afirmar:

Os restantes	T5, T8
uemçedores e mujto mais dos uemçidos	Dos vencidos e dos vencedores
Muytas mortes e danos	Cruas mortes e mujtos danos
E louvada lealldade	∅
Com que era casado	∅
se despediram ²⁷ e embarcarã em Jtallia	despediram do papa

Um outro manuscrito, A3, apesar de manifestar uma tendência para abreviar o texto, coincide frequentemente com T5 e T8 (embora não no *locus* vitorioso/vertuoso), o que nos permite afastar a hipótese de poligénese para *todas* essas concordâncias e, por isso, admitir a pertença destes manuscritos a um mesmo grupo, com possível contaminação

26. Isto não significa, necessariamente, que os manuscritos pertencentes a cada um dos grupos até aqui estabelecidos coincidam *sempre* em todas as lições que de seguida apresentarei. Parece-me, no entanto, admissível a hipótese poligenética para os pouco numerosos e assistemáticos casos em que isso não suceda.

27 Despediram] despediram com bom coração C1.

com outro(s) grupo(s) no caso de A3. Eis alguns casos de concordância de T5, T8 e A3 contra os restantes:

Os restantes	T5, T8, A3
muy notavees feitos dos primeiros e muy esclarecidos Reys de portugal	Primeiros] Principes primeiros
dito Rey dom affomsso primeiro de portugal E assy todos seus soçessores o poderem	ø
assy que neste mayo	têpo em mayo
com suas mãaos e armas nom ouçiosas	mãaos e] om.

Apesar disso, um destes manuscritos, T5 contém pelo menos dois erros comuns a um outro, T2:

T2, T5	Os restantes
pareçialhe cousa Justa leixar todo seu tesouro e gentes armas e poder e seguir a empresa dultramar por Redêçam da casa santa	leixar todo seu tesouro] leixar seu reino e levar todo seu tizouro
E sendo em mar atraues da espanha deu nelles ha grande e perigosa tromêta que pera o que se seguio foy açaz piedosa e bem auemturada cõ força da qual e sem suas bondades delles veo ao singular e seguro porto da çidade de lixboa	Bondades delles ²⁷] vomtades delles

Facto que indica a possibilidade da ocorrência do fenómeno da contaminação em T5, ou em algum seu hipotético antecedente, muito embora não seja de afastar, por completo, a origem poligenética de ambos estes *loci*.

v) Será também possível agrupar T4 e L5 (cujas lições coincidem também em todos os casos de variação macro e microtextual até aqui apresentados):

28 O ms. E1 tem uma lição que parece misturar ambas (e não creio derivada de um traço dialetal do seu copista): «e sem suas uondades deles» (fol. 16v).

Os restantes	T4, L5
dalgus geraaes auisos per obras e claros factos Ja se fezera dyno amtijga bomdade darmas da gemte portu- guesa com medo se rrecolheram aa çidade O Jffâte e os seus rrecolheram o despoio do campo como capitam prud te lhes deu	dalgũus reais auisos as obras e claros feitos o fizerão dyno antiga bondade da gente darmas portu- guesa aa çidade O Jffâte e os seus rrecolheram o despoio] om. [salto do mesmo ao mesmo] om.

Um manuscrito cujas lições são muitas vezes idênticas às destes dois, contra todos os restantes, é A2. Afastada a hipótese poligenética para *todas* essas coincidências, devido ao seu número, podemos admitir um estreito parentesco entre estes três testemunhos, com eventual contaminação com outros ramos, ou forte presença de lições poligenéticas, em A2. Alguns exemplos de variantes significativas comuns a A2, T4 e L5:

Os restantes	A2, T4, L5
deste grande seruiço por ventura nam co- nhecido acreçemtou muyta mais homrra e louuor foy auisado que a uilla de beia que nesta expunação eram presentes tomando os de dentro as soos vidas por partido ca bem lhe parecia que nom erraua contra sua menagem que dera forçada saluãdo seu <i>senhor</i> em tall caso de morte ou <i>seruidam</i>	Seruiço] serem ²⁹ E louuor] om. que a uilla] om. Expunação] exponiçam ³⁰ As soos] aos seus as ³¹ forçada saluãdo su <i>senhor</i> em tall caso de morte ou <i>seruidam</i>] om.

29. «Feyto [?] serem» em L5, no que parece uma clara tentativa de o seu copista resolver a dificuldade de sentido da lição «serem», sem mais.
30. «expidição» em L5, no que me parece mais um exemplo de como o copista deste manuscrito tenta remediar uma lição que se lhe afiguraria falha de sentido.
31. «aos seus a uida» em L5.

Será também possível agruparmos E2 e T9, que, para além de coincidirem em todos os *loci* até agora apontados, têm alguns erros e variantes (mais ou menos) substantivas em comum; por exemplo:

Os restantes ³²	E2, T9
E posta ella ia em tamta neçessidade e es-treyteza <i>pera</i> a em breue tomar	em breue] em breve tempo a tomar
E este prudente ardill comsulltaram os Jmi-jgos <i>pera</i> co elle afroxarem ho iffamte da guerra	afroxarem] afrontarem
dy a h anno logo falleceo	anno logo] om. T9; logo] om. E2
amdando ha era de çesar em 1226 . annos ¹⁰ E o anno do naçimento de nosso senhor ih xpo em 1188	1188] 1155 ¹¹
<i>querees</i> que uos seia uassallo . quem de rra-zã e <i>direito</i> deuia ser <i>senhor</i>	Senhor] livre e senhor
Dalg s lugares que elrey dom sancho noua-mente fundou e fez e a que deu foraaes	A que] om.

Em relação aos restantes manuscritos, a distribuição de erros e variantes substantivas é de tal forma assistemática, que não é possível estabelecerem-se agrupamentos. Estamos, sem dúvida, perante uma tradição fortemente contaminada e/ou com elevada presença de variações poligenéticas. O que não é surpreendente, atendendo ao elevado número de testemunhos existentes (por si só um fator que potencia aqueles dois fenómenos), ao conteúdo do texto em causa (muitos acontecimentos e personagens seriam de tal forma conhecidas que qualquer copista poderia corrigir lapsos, ou introduzir dados de sua lavra, sem que tivesse, necessariamente, de basear-se numa cópia concreta) e às características da tradição textual de outras crónicas régias portuguesas, que parecem

32 Com pequenas, e não significativas, divergências em alguns manuscritos.

33 Alguns manuscritos omitem sistematicamente a era de César.

34 O ms. E1 coincide, neste ponto, com E2 e T9, possivelmente por poligénese motivada por deficiente leitura paleográfica do antígrafo. O acontecimento histórico aqui referido é a tomada de Jerusalém por Saladino, em 1188.

seguir o mesmo padrão³⁵. Nestas circunstâncias (e faço aqui minhas as palavras de Giuliano Macchi, embora me confesse um pouco menos otimista),

«é evidente que, prosseguindo a análise das variantes, se poderia chegar a especificar nos seus detalhes as relações de dependência dos vários códices [...] e a destrinçar, pelo menos em parte, a densíssima trama de contaminações que os envolve: mas seria um exercício tão trabalhoso quanto estéril»³⁶.

Apesar disso, o trabalho de colação dos testemunhos, para além de conduzir ao agrupamento de alguns deles e à identificação de diferentes graus de variação, permitiu-também concluir que, de entre os manuscritos por mim consultados, os que têm um número menor de lições classificáveis como «erros» são T1 e T2 (e o primeiro ainda menos que o segundo). Este facto, juntamente com a antiguidade e a proveniência destes dois manuscritos³⁷ (dados importantes, mas, por si só, não decisivos) leva-me, de momento, a apontar o primeiro deles como base de uma futura edição (exceto para o prólogo, que nele não existe e deverá, portanto, basear-se em T2). O que não significa, necessariamente, abandonar, ou menosprezar os restantes manuscritos. Pelo contrário, a edição da *Crónica de D. Sancho I* (e das restantes crónicas de Rui de Pina), tal como a concebo, terá como pressuposto básico a ideia, hoje razoavelmente consensualizada³⁸, de que está superada a (falsa) oposição entre a obtenção de um texto criticamente editado, por definição não inteiramente coincidente com o de nenhum dos testemunhos existentes, e a atenção privilegiada prestada a cada um desses testemunhos, enquanto complexo textual e material historicamente situado. O seu meio deverá, por isso, ser o digital, e o estudo das relações entre os manuscritos, a aprofundar-se, não há de ser visto como mero auxiliar da fixação do texto, mas como forma de melhor compreendermos o seu devir.

35. Penso, especificamente, na *Crónica de D. Fernando*, de Fernão Lopes, cuja tradição manuscrita comprovadamente contaminada impediu o seu editor – Giuliano Macchi – de traçar um *stemma codicum* dos testemunhos. O caso da *Crónica de D. Pedro*, editada pelo mesmo Macchi, não sendo rigorosamente do mesmo tipo, é, porém, algo semelhante, visto que o que o ilustre filólogo italiano ali apresenta não é, como ele próprio vai esclarecendo, um *stemma* ortodoxo, que abranja *todos* os testemunhos conhecidos. Veja-se, respetivamente, *Crónica de D. Fernando de Fernão Lopes*, ed. Giuliano Macchi, Lisboa, INCM, 1975 e *Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes*, ed. Giuliano Macchi, 2ª ed., Lisboa, INCM, 2007.

36. *Crónica de D. Pedro* de Fernão Lopes..., p. LXI. Estas palavras de Giuliano Macchi, que se referem à tradição manuscrita da Crónica de D. Pedro de Fernão Lopes, podem também aplicar-se, com efeito, à tradição manuscrita das crónicas de Rui de Pina.

37. O próprio arquivo real, em tempos de D. Manuel, ou de D. João III. Veja-se o que digo em «A tradição manuscrita...».

38. Veja-se, por exemplo, Inés Fernández-Ordóñez, «El texto medieval: propiedad y uso», in *Medioevo Romanzo*, XXXVIII, 1 (2014), pp. 46-68.